

Paginação do Jornal: Ir para a página: Sumário da Edição

<< 69 de 78 >>

 ok

Selecione

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 2

ISSN 1677-7050

Nº 64, segunda-feira, 6 de abril de 2026

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO**ATO PRESI Nº 80, DE 24 DE MARÇO DE 2026**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando o constante do PA-e SEI 0012342-35.2022.4.01.8010, resolve:

I - REDISTRIBUIR nos termos do art. 37 da Lei nº. 8.112/1990, com a redação dada pela Lei nº 9.527/1997, c/c a Resolução nº 146/2012-CNJ, um cargo vago da categoria funcional de Analista Judiciário/Área Judiciária (Oficial de Justiça Avaliador Federal), do Quadro de Pessoal da Justiça Federal de 1º Grau da Sexta Região, Subseção Judiciária de Sete Lagoas, para a Justiça Federal de 1º Grau da 1ª Região, Seção Judiciária do Pará, Subseção Judiciária de Itaituba/PA, em reciprocidade a um cargo de Analista Judiciário/Área Judiciária (Oficial de Justiça Avaliador Federal), ocupado pelo servidor EDER CARVALHO PRATES.

II - CONCEDER 30 (trinta) dias de trânsito ao servidor EDER CARVALHO PRATES, consoante o disposto no art. 18 c/c o art. 36, II, da Lei nº 8.112/1990 e conforme Portaria Presi 57/2023, de 17/07/2023.

Des. VALLISNEY OLIVEIRA

ATO PRESI Nº 84, DE 31 DE MARÇO DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o constante nos autos do PAe 0004641-44.2024.4.06.8000, resolve:

EXONERAR, nos termos do art. 35, I, da Lei nº 8.112/1990, do cargo em comissão de Assessor Técnico I (código CJ-01), do Gabinete da Desembargadora Federal Luciana Pinheiro Costa, a servidora SANDRA LÚCIA GONÇALVES, Técnico Judiciário/Área Administrativa, do Quadro de Pessoal do Tribunal Regional Federal da 6ª Região.

Des. VALLISNEY OLIVEIRA

ATO PRESI Nº 85, DE 31 DE MARÇO DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o constante nos autos do PAe 0004641-44.2024.4.06.8000, resolve:

NOMEAR a servidora LILIANE DE PAULA MATIAS, Analista Judiciário/Área Judiciária, do Quadro de Pessoal do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, nos termos do art. 9º, II, da Lei nº 8.112/1990, para exercer o cargo em comissão de Assessor Técnico I (código CJ-01), do Gabinete da Desembargadora Federal Luciana Pinheiro Costa, em decorrência da exoneração de Sandra Lúcia Gonçalves.

Des. VALLISNEY OLIVEIRA

ATO PRESI Nº 86, DE 31 DE MARÇO DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o constante nos autos do PAe 0004192-18.2026.4.06.8000, resolve:

EXONERAR, nos termos do art. 35, II, da Lei nº 8.112/1990, do cargo em comissão de Diretora da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contratações - SECOF/TRF6 (código CJ-03), a servidora ELOÍSA CRUZ MOREIRA DE CARVALHO, Técnico Judiciário/Área Administrativa, do Quadro de Pessoal do Tribunal Regional Federal da 6ª Região.

Des. VALLISNEY OLIVEIRA

ATO PRESI Nº 87, DE 31 DE MARÇO DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o constante nos autos do PAe 0004192-18.2026.4.06.8000, resolve:

I) EXONERAR, nos termos do art. 35, I, da Lei nº 8.112/1990, do cargo em comissão de Assessor Técnico I (código CJ-01), da Assessoria Especial da Diretoria-Geral, o servidor JULIANO PIMENTEL DUARTE, do Quadro de Pessoal do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, à disposição do TRF6.

II) NOMEAR-LO, nos termos do art. 9º, II, da Lei nº 8.112/1990, para exercer o cargo em comissão de Diretor da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contratações - SECOF/TRF6 (código CJ-03), em decorrência da exoneração de Eloísa Cruz Moreira de Carvalho.

Des. VALLISNEY OLIVEIRA

ATO PRESI Nº 91, DE 31 DE MARÇO DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o constante nos autos do PAe 0005190-83.2026.4.06.8000, resolve:

NOMEAR, nos termos do art. 9º, II, da Lei nº 8.112/1990, a servidora DANIELE GUIMARÃES SILVA, do Quadro de Pessoal do Hospital Metropolitano Odilon Behrens, à disposição da Justiça Federal da 6ª Região, para exercer o cargo em comissão de Assessor Técnico I (código CJ-01), da Assessoria Especial da Diretoria-Geral do TRF6, em decorrência da exoneração de Juliano Pimentel Duarte.

Des. VALLISNEY OLIVEIRA

PORTARIA PRESI Nº 55, DE 31 DE MARÇO DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o constante nos autos do PAe 0007217-77.2026.4.01.8000, resolve:

COLOCAR À DISPOSIÇÃO do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, para exercer cargo em comissão, nos termos do art. 93, I, da Lei nº 8.112/1990, c/c art. 37 e 38, I, da Resolução nº 05/2008-CJF, a servidora ELOÍSA CRUZ MOREIRA DE CARVALHO, Técnico Judiciário/Área Administrativa, do Quadro de Pessoal do Tribunal Regional Federal da 6ª Região.

Des. VALLISNEY OLIVEIRA

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS**PORTARIA PRESIDÊNCIA Nº 58 TRE-AL/PRE/DG/SGP/CODES/SRACF, DE 5 DE MARÇO DE 2026**

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando as deliberações constantes nos autos do Processo Administrativo SEI nº 0000479-64.2026.6.02.8037, resolve:

Art. 1º REDISTRIBUIR, com fulcro no art. 37 da Lei nº 8.112/1990, e nas regras contidas na Resolução TSE nº 23.701/2022 e na Resolução CNJ nº 146/2012, o cargo de Técnico Judiciário - Área Administrativa, provido pelo servidor MARCELO REZENDE FEITOSA, do Quadro Permanente de Pessoal deste Tribunal, criado pela Lei nº 10.842/2004, de 20/02/2004, para o Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região, recebendo por reciprocidade simultânea, 01 (um) cargo de Técnico Judiciário - Área Administrativa, ocupado pela servidora KARINA STEPHANIE COELHO DOMINGUES, criado pela Lei 8233/91 de 10/09/91, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região.

Art. 2º Conceder à servidora KARINA STEPHANIE COELHO DOMINGUES, redistribuída para este Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, nos termos do art. 18 da Lei nº 8.112, de 1990, com redação dada pela Lei nº 9.527, de 1997, e do art. 34 da Resolução TSE nº 23.701/2022, o prazo de 30 (trinta) dias para a retomada do efetivo desempenho das atividades do seu cargo na sua nova unidade de lotação, qual seja, o Gabinete da Presidência deste Tribunal.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Des. ALCIDES GUSMÃO DA SILVA

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL**PORTARIA PRESIDÊNCIA Nº 70, DE 25 DE MARÇO DE 2026**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e o que consta do Procedimento Administrativo nº 0002044-30.2026.6.07.8100, resolve:

Art. 1º Exonerar, a partir de 31/03/2026, a servidora Katia de Sousa Moreira de Araújo, Técnica Judiciária, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, do cargo em comissão de Assessor(a) da Assessoria de Apoio às Aquisições da Diretoria-Geral, código CJ-1.

Art. 2º Nomear o servidor João Carlos Belarmino Aguiar, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, para exercer o cargo em comissão de Assessor(a) da Assessoria de Apoio às Aquisições da Diretoria-Geral, código CJ-1, ficando, consequentemente, exonerado do cargo em comissão de Assessor(a) da Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças, código CJ-1.

Art. 3º Exonerar, a partir de 31/03/2026, o servidor Jose Pereira Cavalcante, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, do cargo em comissão de Assessor(a)-Chefe da Assessoria Jurídica e Administrativa da Diretoria-Geral, código CJ-2.

Art. 4º Nomear a servidora Gabriela Moura da Conceição, Analista Judiciária, Área Judiciária, do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, para exercer o cargo em comissão de Assessor(a)-Chefe da Assessoria Jurídica e Administrativa da Diretoria-Geral, código CJ-2.

Art. 5º Nomear a servidora Aurea Maira Ganem, Analista Judiciária, Área Judiciária, do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, para exercer o cargo em comissão de Assessor(a) da Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças, código CJ-1, ficando, consequentemente, dispensada da função comissionada de Chefe da Seção de Editais e Contratos da Coordenadoria de Logística e Contratações da Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças, código FC-6.

Des. JAIR SOARES

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO**ATO Nº 100, DE 19 DE MARÇO DE 2026**

O Desembargador Namy Carlos de Souza Filho, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, no uso de suas atribuições previstas no artigo 11, inciso XXIV do Regimento Interno desta Corte - Resolução nº 147/2019, e considerando o contido nos autos SEI 0001086-26.2026.6.08.8000, resolve:

Conceder APOSENTADORIA voluntária à servidora do Quadro de Pessoal Efetivo da Secretaria deste Tribunal, ARLYDIA GOMES ASTORI, matrícula 3097-83, no cargo de Técnico Judiciário, Apoio Especializado, Especialidade Digitação, Classe C, Padrão 13, criado pela Lei 8.868/94, com fundamento nos incisos I, II, III e IV, § 2º, inciso I, § 3º, inciso I, do artigo 20 da Emenda Constitucional 103/2019, com proventos integrais correspondentes à remuneração do referido cargo efetivo, nos termos da Lei nº 11.416/06, acrescidos da vantagem do adicional por tempo de serviço, no percentual de 5% (cinco por cento), nos termos do artigo 15, II, da MP 2.225-45; e do adicional de qualificação, nos termos do § 5º do artigo 14 e incisos III e VII, observado o disposto no § 5º, do artigo 15 da Lei 11.416/2006, e da "parcela compensatória", a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, originária de 2/5 (dois quintos) do valor da função comissionada - FC.4 e de 1/5 (um quinto) do valor da função comissionada - FC.5, correspondente ao constante da tabela remuneratória da Lei 9.421/96, acrescido dos reajustes de 11,98%, da Lei 10.331/2001 e Lei 10.697/2003, sob a forma de vantagem pessoal nominalmente identificada - VPNI, nos termos do art. 62-A da Lei 8.112/90, artigo 15 da Lei 9.527/97 e artigo 5º da Lei 9.624/98, e da absorção ocasionada pelo reajuste, em fevereiro/23, da Lei 14.523/2023; e de 1/5 (um quinto) do valor da função comissionada - FC.4, correspondente ao constante da tabela remuneratória da Lei 9.421/96, acrescido dos reajustes de 11,98%, da Lei 10.331/2001 e Lei 10.697/2003, sob a forma de vantagem pessoal nominalmente identificada - VPNI, nos termos do art. 62-A da Lei 8.112/90, artigo 15 da Lei 9.527/97 e artigo 5º da Lei 9.624/98.

DECLARAR vago o referido cargo em virtude da aposentadoria da servidora, nos termos do artigo 33, inciso VII, da Lei 8.112/90.

NAMYR CARLOS DE SOUZA FILHO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**PORTARIA PRE Nº 61, DE 2 DE MARÇO DE 2026**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0002678-67.2026.6.13.8000, resolve:

Art. 1º Conceder aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais, à servidora KÊNIA ISONILDA PINHEIRO E ELEUTÉRIO, no cargo efetivo de Analista Judiciário - Área Judiciária, Classe C, Padrão 13, com fundamento no artigo 20, caput e §2º, inciso I, da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019 (publicada no DOU em 13 de novembro de 2019).

Art. 2º Declarar vago, em razão de aposentadoria, nos termos do artigo 33, inciso VII, da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, o cargo de Analista Judiciário - Área Judiciária, Classe C, Padrão 13, criado pela Lei nº 10.842, de 20 de fevereiro de 2004, do quadro permanente de pessoal deste Tribunal.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. JÚLIO CÉSAR LORENS

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**PORTARIA Nº 104, DE 23 DE MARÇO DE 2026**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 23, inciso XXX e XLI, do Regimento Interno deste Tribunal e considerando o contido no SEI nº 0005691-18.2026.6.16.8121, resolve:

Art. 1º DISPENSAR a servidora DIANA MARIA DE SANTANA, ocupante do cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, do exercício da função comissionada de Assistente I da 121ª Zona Eleitoral de MARECHAL CÂNDIDO RONDON, FC-1.

Art. 2º DESIGNAR, em caráter excepcional, em conformidade com o disposto na Resolução TSE nº 23.411/2014, a servidora JANE LARRE, requisitada para prestar serviços junto à 121ª Zona Eleitoral de MARECHAL CÂNDIDO RONDON, para exercer a função comissionada de Assistente I da 121ª Zona Eleitoral de MARECHAL CÂNDIDO RONDON, FC-1.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. LUCIANO CARRASCO FALAVINHA SOUZA

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**PORTARIA Nº 304, DE 18 DE MARÇO DE 2026**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, resolve, ad referendum:

Art. 1º Designar os Desembargadores Eleitorais Substitutos Paulo Augusto de Freitas Oliveira, Luiz Gustavo Mendonça de Araújo, José Ronemberg Travassos da Silva e Fernando Braga Damasceno como Desembargadores Auxiliares para apreciação das reclamações e representações de que trata o § 3º do art. 96 da Lei nº 9.504/1997, bem como das petições de que trata o § 3º do art. 13 da Resolução TSE nº 23.600/2019, relativas às Eleições 2026.

